

Apresentação

Raffaella de Filippis Quental* e Diego Mauricio Barbosa**

Os Estudos da Interpretação (EI) têm ganhado cada vez mais espaço nas discussões acadêmicas que abordam o ofício da interpretação a partir de diferentes ângulos e embasamentos teóricos. Digna de nota é a confluência, principalmente nos últimos anos, das pesquisas sobre interpretação de línguas de modalidade oral-auditiva e de modalidade gestual-visual, duas práticas profissionais que tendem a ocupar nichos separados no mercado de trabalho e na academia, mas que podem se beneficiar muito do diálogo e intercâmbio de experiências. As áreas de interesse comum se manifestam em campos tão diversos quanto interpretação de conferência, interpretação comunitária, formação de intérpretes, historiografia, estudos de corpus, interpretação remota e novas tecnologias, neurociência, interpretação em zonas de conflito, aspectos cognitivos, sociológicos e culturais, avaliação e qualidade da interpretação, entre outros.

No Brasil, as discussões acadêmicas em torno dos Estudos da Interpretação têm se fortalecido a partir da realização de eventos integralmente dedicados ao tema, como foi o caso do 1º Simpósio Brasileiro de Interpretação (SIMBI), realizado em 2013 na Universidade de São Paulo (USP), e do primeiro Congresso sobre Estudos da Interpretação (ConEI), proposto em 2019 pelo professor Diego Mauricio Barbosa (Universidade Federal de Goiás) como um evento multi-institucional, que contou com o apoio e parceria dos professores Guilherme Lourenço (Universidade Federal de Minas Gerais), Silvana Aguiar dos Santos (Universidade Federal de Santa Catarina), Patrícia Tuxi (Universidade de Brasília), Raffaella de Filippis

* Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

** Universidade Federal de Goiás

Quental e Christiano Sanches do Valle Silva (ambos da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro). Apostando no aprendizado mútuo entre as duas modalidades de interpretação, o ConEI foi realizado juntamente com o II Colóquio sobre Interpretação de Línguas de Sinais em Contextos Comunitários: Saúde, Educação & Justiça (CILSC), cujo propósito é fomentar e promover discussões acerca da atuação de tradutores e intérpretes de língua de sinais em diferentes espaços sociais para o acesso das pessoas surdas aos serviços básicos de saúde, educação e justiça.

Ambos os eventos contemplaram temas multidisciplinares, englobando os interesses de formadores, pesquisadores, alunos e profissionais de diferentes modalidades e pares linguísticos, com o intuito de fomentar o diálogo entre os profissionais dedicados à interpretação de línguas orais e aqueles dedicados à interpretação de línguas de sinais, contribuindo assim para fortalecer a área de Estudos da Interpretação como um todo no Brasil.

A segunda edição do ConEI e terceira do CILSC foram realizadas em 2021, em plena emergência sanitária que nos obrigou a migrar nossas atividades para o mundo virtual devido à pandemia de COVID-19. Dessa vez, a comissão organizadora foi composta pelos professores Carlos Henrique Rodrigues (Universidade Federal de Santa Catarina), Diego Maurício Barbosa (Universidade Federal de Goiás), Guilherme Lourenço (Universidade Federal de Minas Gerais), Raffaella de Filippis Quental (PUC-Rio), Patrícia Rodrigues Costa e Patrícia Tuxi (ambas da Universidade de Brasília), e foi com grande honra e entusiasmo que os professores Diego e Raffaella acolheram o convite para organizar dois volumes de **Tradução em Revista** com trabalhos apresentados no evento online.

Os três dias de evento, de 26 a 28 de maio, contaram com sessões de comunicações, palestras e mesas-redondas em torno dos seguintes eixos temáticos: formação de intérpretes, interpretação em contextos de conferência, em contextos comunitários, em contextos emergentes e em contexto de pandemia.

A funcionalidade de interpretação oferecida pela plataforma de videoconferências Zoom, escolhida para o evento, possibilitou um espaço de interação multilíngue, mantendo o português e a Libras como línguas oficiais e oferecendo interpretação simultânea remota (RSI) em inglês e espanhol. Além disso, a opção pelo formato online permitiu não só manter a

periodicidade bienal proposta desde o início, como também contar com a participação de pesquisadores localizados em vários lugares do Brasil e do mundo, como Debra Russell, da Universidade de Alberta, no Canadá, Patrizia Cavallo, do grupo TERMISUL da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e Markus Weininger, da Universidade Federal de Santa Catarina – apenas para citar três dos palestrantes convidados que submeteram trabalhos originais para publicação neste volume dedicado ao evento.

Os outros três artigos que compõem este dossiê temático dedicado ao II ConEI e III CILSC, com temas não menos relevantes para a área, são fruto dos trabalhos apresentados nas sessões de comunicações pelos autores Gloria Regina Loreto Sampaio, da PUC-SP; Eduardo Andrade Gomes, doutorando em Linguística Aplicada (Estudos da Tradução) da Universidade Federal de Minas Gerais, e Laís da Paixão Pinto, que apresentou sua monografia de conclusão do curso de pós-graduação *lato sensu* Formação de Intérpretes de Conferência da PUC-Rio, com orientação da profa. Raffaella Quental, que também assina o artigo.

Os seis artigos aqui incluídos cobrem um amplo espectro de interesses na área e abordam os seguintes temas específicos: interpretação comunitária como direito humano; competências do intérprete de conferências; qualidade da interpretação e o papel do intérprete de Libras; tradução à prima vista; a interpretação de nomes próprios no par linguístico Libras-português e a modalidade híbrida conhecida como sim-consec, ou simultânea-consecutiva. Vejamos a seguir a abordagem de cada autor aos temas descritos acima.

Debra Russell, da Universidade de Alberta, no Canadá, abre o volume com o artigo “Community interpreting as a human right: professional practices”, em que se debruça nesse que pode ser considerado um dos tipos mais comuns e mais antigos de interpretação: a interpretação comunitária. A autora argumenta que as práticas de interpretação comunitária, tanto de línguas orais quanto de línguas de sinais, precisam ser avaliadas numa perspectiva de direitos humanos e direitos linguísticos, na medida em que podem possibilitar ou restringir (quando não se atinge um padrão mínimo de qualidade) o acesso das pessoas aos serviços públicos mais básicos, como saúde, educação e justiça.

Segundo ela, em muitos países, a interpretação comunitária costuma ser incluída entre os direitos das pessoas com deficiências, como é o caso da American with Disabilities Act, de 1991. Embora seja comumente citada como um exemplo de legislação que garante o acesso, a autora lembra que a qualidade do serviço nem sempre atende às necessidades dos consumidores surdos, na medida em que a lei não define nem exige que o serviço seja prestado por intérpretes profissionais. Assim, ela enfatiza a importância da formação e profissionalização desses intérpretes, observando que os intérpretes de línguas de sinais têm tido mais oportunidades de formação específica, no campo da interpretação comunitária, do que os intérpretes comunitários de línguas orais. Destaca também o papel das normas internacionais, como a ISO 13611:2014 – Interpreting - Guidelines for Community Interpreting, que, ao identificar as competências necessárias, podem ajudar na elaboração de currículos e programas de formação.

O conceito de competência é retomado e elaborado no artigo seguinte, de Patrizia Cavallo, que o apresenta como fundamental na formação e na prática profissional dos intérpretes. No artigo “Competência do intérprete ou competência em interpretação? Revisão do modelo de competência do intérprete de conferências”, a autora começa explicando a sua visão sobre a diferença entre os dois tipos de competência mencionados no título: enquanto a *competência em interpretação* estaria relacionada ao processo de interpretação propriamente dito (desde a compreensão até a produção da mensagem na outra língua), a *competência do intérprete* seria muito mais ampla, envolvendo uma série de habilidades específicas que dizem respeito às diferentes dimensões do trabalho do intérprete.

Em seu artigo, visando detalhar melhor essas habilidades, bem como contemplar os novos desafios enfrentados pelo intérprete com a disseminação dos eventos remotos a partir da pandemia de COVID-19, a autora propõe uma revisão do modelo de competência do intérprete de conferências desenvolvido por ela em sua tese de doutorado em 2019. Para tanto, subdivide as habilidades em: habilidades anteriores ao processo (como o domínio das línguas de trabalho e das novas tecnologias), internas ao processo (a interpretação propriamente dita), envolvendo o processo (como trabalho de equipe e resistência à pressão), posteriores ao processo (como revisão terminológica e controle de qualidade) e extrínsecas ao processo (como relacionamento com o cliente e metarreflexão).

Ao longo do artigo, Patrícia Cavallo deixa claro que sua reflexão acerca das diversas camadas que compõem o trabalho do intérprete visa, em última instância, à formação de intérpretes profissionais que tenham consciência da total extensão do seu papel e que sejam capazes de exercer sua função com elevada qualidade.

Qualidade também será o tema do próximo artigo, de Markus Weininger, que se concentra em apresentar e discutir diferentes reflexões sobre esse tema na perspectiva da atuação dos intérpretes da Língua Brasileira de Sinais (Libras). No artigo “Qualidade de interpretação e mudanças no papel de intérpretes de libras: normas, ética, identidade, autopercepção, formação”, o autor inicia a reflexão discutindo algumas pesquisas que se debruçaram sobre a temática ao longo das últimas décadas e que são o alicerce para essa área de estudos até os dias atuais.

O autor passa então a problematizar as normas e a ética no contexto da interpretação da Libras no Brasil, citando a Lei 12.319, que regulamenta a profissão de tradutor e intérprete de Libras, e o Código de Conduta Ética da Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guia-Intérpretes de Língua de Sinais (FEBRAPILS). Esses documentos citam a imparcialidade, a fidelidade e a equivalência como princípios norteadores para a execução da atividade. No entanto, segundo o autor, trata-se de conceitos e paradigmas ultrapassados e problemáticos, que há muito foram superados no âmbito dos Estudos da Tradução e Interpretação, bem como da Linguística Aplicada. Segundo ele, quando os intérpretes que atuam em situação de assimetria de discurso (como é o caso da tradução e interpretação da Libras) se limitam ao papel descrito nos documentos tradicionais, comprometem não apenas a qualidade do seu trabalho, mas a própria identidade profissional.

Weininger argumenta que está na hora de atualizar as normas e códigos de ética referentes ao trabalho do intérprete. Após uma oportuna revisão da discussão teórica acerca das noções de adequação e aceitabilidade da tradução, bem como responsabilidade e confiabilidade para com as partes envolvidas na comunicação intermediada, ele conclui a favor de uma mudança da autopercepção do papel de tradutores e intérpretes, com efeitos tanto na atuação profissional quanto na formação.

O próximo artigo, de Eduardo Andrade Gomes, trata da análise da produção de nomes próprios durante o processo da interpretação de Libras

para o português. Intitulado “Interpretação simultânea intermodal da Libras para o português em conferência acadêmica: em foco os nomes próprios nacionais ou nacionalizados de pessoas”, o artigo introduz a temática destacando as contribuições dos Estudos da Interpretação em Língua de Sinais para o campo dos EI. Em seguida, Gomes explica as especificidades da interpretação simultânea intermodal (entre línguas de modalidades diferentes), com base no Modelo dos Esforços de Daniel Gile, para então se concentrar apenas na interpretação de Libras para português, objeto de análise do trabalho.

Os dados para análise foram coletados de conferências acadêmicas sobre línguas de sinais, com o objetivo de identificar, quantificar e categorizar as marcações nominais em Libras. Após mostrar que as marcações nominais de pessoas em Libras são desafiadoras para o intérprete, podendo ocorrer pelo emprego do sinal-pessoal, da datilologia ou de uma combinação entre eles, o artigo descreve de que maneira a vocalização do intérprete em modo simultâneo pode ser impactada, especialmente considerando as peculiaridades das conferências acadêmicas.

A seguir, Gloria Regina Loreto Sampaio nos brinda, em seu artigo “Tradução à prima vista: pesquisa, contextos e desdobramentos”, com um detalhado e abrangente levantamento da literatura especializada sobre essa modalidade tradutório-interpretativa. Considerada um fenômeno de natureza híbrida, a Tradução à prima vista (TrPV) consiste basicamente na tradução oral na língua de chegada de um texto escrito na língua de partida. Assim, enquanto alguns autores veem a atividade como um tipo de tradução escrita, outros a consideram uma variante da interpretação oral, que pode ainda se desdobrar em outra variante possível, chamada *simultânea com texto*. Esta última acontece quando o intérprete recebe também o *input* auditivo na língua de partida, além de dispor do texto escrito, que será vertido oralmente para a língua de chegada. Outras definições priorizam o contexto em que ocorre, o efeito desejado no receptor/ouvinte ou ainda as funções às quais se presta, lembrando que, nesse último caso, a Tradução à prima vista pode constituir uma estratégia tradutória ou mesmo uma estratégia pedagógica.

Sampaio também cita estudiosos que referem a complexidade e a carga cognitiva inerente a essa modalidade, com destaque para Daniel Gile e seu famoso Modelo de Esforços (mencionado em mais de um artigo deste volume) aplicado à Tradução à prima vista.

Finalmente, a autora chama a atenção para a baixa presença e visibilidade da TrPV no âmbito da pesquisa acadêmica, mas sua compilação meticulosa lhe permite detectar um claro aumento do interesse na área nas últimas décadas, que aponta para a construção de um acervo especializado, cobrindo uma gama de áreas temáticas diferentes. A autora observa ainda que, enquanto a literatura sobre TrPV contempla primordialmente as línguas orais-auditivas, é crescente o número de estudos que se debruçam sobre as línguas visuais-espaciais.

Outra modalidade híbrida de interpretação, porém de natureza bem diversa, é apresentada e descrita no último artigo deste volume, intitulado “Sim-consec: benefícios e desafios da técnica para interpretação consecutiva” e fruto da monografia de conclusão do curso de especialização Formação de Intérpretes de Conferência da PUC-Rio elaborada por Laís da Paixão Pinto, com orientação da professora Raffaella de Filippis Quental, coautora do texto. As autoras explicam que a modalidade surge no contexto da assimilação de novas ferramentas tecnológicas para auxiliar o trabalho do intérprete. Na sim-consec, o intérprete se vale de um dispositivo eletrônico (que pode ser um gravador digital, uma caneta digital ou um tablet) para gravar os segmentos de fala do orador e, a cada pausa, interpretar na modalidade simultânea os trechos gravados, com o uso de fones acoplados ao dispositivo.

A literatura indica que a primeira experiência bem-sucedida com sim-consec foi realizada em 1999, e desde então outros intérpretes profissionais experimentaram a técnica, quer no contexto do mercado de trabalho, quer no contexto da formação de intérpretes, utilizando o dispositivo eletrônico como plataforma para ensinar e aprimorar a tomada de notas para interpretação consecutiva. Com base nas experiências relatadas na literatura, bem como num experimento pessoal realizado pelas autoras (estendido para o contexto de interpretação remota), são discutidas as vantagens e os desafios da técnica do ponto de vista do intérprete e da qualidade do serviço prestado – como a possibilidade de ouvir duas vezes o trecho a ser interpretado, por um lado, e a dificuldade de enxugar o discurso, por outro. Apesar de pouco usada no mercado de interpretação no Brasil, as autoras concluem que a sim-consec é bastante eficaz e merece ser considerada como mais uma opção na prestação de um serviço de qualidade.

É importante lembrar que este volume, de número 32, não é o primeiro dossiê temático de **Tradução em Revista** integralmente dedicado aos Estudos da Interpretação, tendo sido precedido pelos volumes 23 e 24, organizados pelos professores Raffaella de Filippis Quental, Christiano Sanches do Valle Silva e Denise de Vasconcelos Araujo (todos do curso de especialização Formação de Intérpretes de Conferência da PUC-Rio) em 2017 e 2018, respectivamente. Agradecemos aos editores por mais uma vez abrir espaço para a área de EI nesta publicação, espaço esse que será estendido para o próximo volume, a ser publicado no segundo semestre de 2022 e cuja chamada continua aberta.

Agradecemos também a todas as pessoas que se envolveram de alguma forma na realização do II ConEI e III CILSC, desde a comissão organizadora do evento e o comitê avaliativo dos trabalhos submetidos, até os intérpretes e os coordenadores da equipe de intérpretes, que possibilitaram a realização de um evento multilíngue dedicado aos EI. Agradecemos ainda aos pareceristas deste volume e, em especial, à profa. Patricia Rodrigues Costa pela leitura atenta dos originais submetidos. Por último, fazemos um agradecimento especial aos autores que submeteram seus trabalhos, compartilhando generosamente o fruto de suas pesquisas e reflexões e possibilitando este volume temático dedicado ao II ConEI e III CILSC, que vem contribuir para a consolidação da área dos Estudos da Interpretação no Brasil.

Esperamos que a leitura deste volume seja proveitosa e encoraje outros pesquisadores da área, quer tenham apresentado seus trabalhos nos eventos supracitados quer não, a enviar suas reflexões para que possam ser contempladas no próximo volume ou em volumes subsequentes.